

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0777/2016

EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.895.250/0001-64, com sede na Rua Marechal Guilherme, nº 147, 8º andar, bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar as razões de seu **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que declarou o vencedor do Pregão Presencial nº 0777/2016, na forma do item 11 do Edital e do artigo 41 da Lei 8.666/93, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A proposta apresentada pela AGÊNCIA ARANCÍBIA TURISMO LTDA EPP foi declarada vencedora. Na referida proposta, o total percentual global de desconto foi de **88,51**. Como não se teve o adequado dos elementos de custos estabelecido pelo prazo de 24 horas dados pelo Edital PARA AGÊNCIA DECLARADA VENCEDORA, iremos fazer algumas suposições para demonstrar como o valor da proposta é INEXEQUÍVEL.

**PERCENTUAL DE DESCONTOS PARA A MELHOR PROPOSTA DE 88,51**

DESCONTOS ELEMENTOS	DU - AÉREO	TARIFA PASSAGENS TERRESTRE	TARIFA SEGURO DE VIAGEM	MELHOR OFERTA
<b>PESO</b>	<b>0,78</b>	<b>0,2</b>	<b>0,02</b>	<b>88,51</b>
1ª OPÇÃO	100	42,55	100	88,51
2ª OPÇÃO	109,88	10	40	88,51
3ª OPÇÃO	100	10	425,5	88,51

2. À todas as luzes, o valor ofertado é zero ou negativo, e, por conseguinte plenamente inexecutável, conquanto não preenche requisito essencial de aceitabilidade da proposta, qual seja, que contemple todos os custos despesas inerentes à prestação do serviço, **não existindo incentivo no mercado de turismo que cubra o prejuízo desta proposta.**



Rua Marechal Guilherme, 147 – 8º Andar – Fone (48) 3212-0600 – fax (48) 3212-0601

CEP: 88015-000 – Florianópolis / SC

Site: [www.emcatur.com.br](http://www.emcatur.com.br) / e-mail: [emcatur@emcatur.com.br](mailto:emcatur@emcatur.com.br)



<b>UDESC/SEPROT</b>	
Protocolo nº	702/16
Entrada	Dia 11/10/16
	Hora 15h 40m

3. O agenciamento de passagens aéreas é serviço complexo, que pressupõe a manutenção de infraestrutura, profissionais e *software* para atendimento das necessidades da contratante. O detalhamento far-se-ia mediante a apresentação de planilha de custos, em observância à determinações do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

9.5. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que:

9.5.1 avalie a conveniência e a oportunidade de rever as disposições da IN nº 7/2012, que regulamenta a contratação de prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas na Administração Pública, a fim de inserir no referido normativo:

**9.5.1.1. exigência de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes, assim como orientação aos pregoeiros para que verifiquem a exequibilidade das propostas ofertadas; (grifo acrescido)**

4. Do mesmo modo, o detalhamento do preço unitário tem como função precípua verificar a exequibilidade da proposta apresentada. Assim, dispõe o artigo 29-A da Instrução Normativa MPOG nº 2/2008 que *"A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço"*.

5. Destarte, também o § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666/93 impõe a inaceitabilidade de propostas inexecutáveis, nos seguintes termos:

Art. 44 ... § 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



6. Dessa forma, a teor do regramento legal aplicável à espécie, certo é que a evidente inexecutabilidade da proposta impõe ao agente administrativo a sua não aceitação. Nesse sentido, como anota MARÇAL JUSTEN FILHO, *"A licitação não se destina pura e simplesmente a selecionar a proposta de menor valor econômico, mesmo quando adotado o tipo menor. Visa a selecionar a proposta de menor valor que possa ser executada satisfatória e adequadamente."*<sup>1</sup>.

7. Aliás, nesta mesma linha, o julgado do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, trazido à baila pela recorrente, trata precisamente de licitação para a contratação de empresa de agenciamento de passagens aéreas, na qual foi ofertado preço similar a zero, conforme explicitado em trecho do acórdão:

**65. A manifestação da ABAV-DF à peça 36 é extremamente elucidativa nesse contexto. Segundo afirma a associação, se a taxa de agenciamento é a única receita a ser auferida atualmente pela agência de viagens, certamente a proposição de valor zero ou similar torna automaticamente a proposta inexecutável, já que a agência tem custos inerentes à própria contratação, dos quais não pode simplesmente abrir mão, tais como: despesas administrativas/operacionais, mão de obra, tributos, garantia contratual, recursos tecnológicos, etc. Defende, pois, que os editais licitatórios exijam planilhas de custos contendo a descrição pormenorizada desses itens, espelhando a transparência necessária às operações públicas (peça 36, p. 9/11).**

66. Tem razão a ABAV-DF em sua tese. Os órgãos públicos devem resguardar-se de empresas aventureiras e aprimorar seus controles, exigindo nas licitações as planilhas que compõem os custos das empresas e verificando a exequibilidade econômica das propostas. Tal medida será objeto de recomendação à SLTI, para que avalie a conveniência e oportunidade de rever o normativo que regulamenta a contratação de prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas na Administração Pública, a fim de incluir exigência de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes, assim como orientação aos pregoeiros para que verifiquem a exequibilidade das propostas ofertadas. (Grifo acrescido)

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2013, p. 709.

8. Neste diapasão, ao reconhecer a exigibilidade de planilha de custos, a Corte de Contas também reconheceu e consignou que propostas com valor próximo a zero são automaticamente consideradas inexequíveis, vez que a planilha de custos objetiva demonstrar o nível de lucratividade contido no próprio valor de preço unitário apresentado pela licitante.

9. Nesse cenário, sabe-se que apresentação de proposta similar a zero se dá em razão da perspectiva da licitante de eventualmente obter benefícios econômicos diretamente junto às companhias aéreas em razão da intermediação das passagens frente à Administração Pública, que vai contra a orientação normativa constante da **SLTI Nº 04, de 30 de setembro de 2014** como segue:

V- para os casos da **Instrução Normativa nº7**, de 24 de agosto de 2012, que institui o modelo de contratação para prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, além do disposto no art.1º e incisos I ao IV desta orientação Normativa, eventuais incentivos, sob qualquer título, recebidos pelas agências de viagens das companhias aéreas poderão constar da planilha de custos, desde que a informação seja comprovada por meio de cópia do contrato ou instrumento similar, anexado aos autos do procedimento licitatório.

10. Com efeito, o pretenso benefício a ser obtido junto às companhias aéreas não encontra amparo jurídico, eis que o instrumento convocatório prevê tão somente o pagamento de preço unitário pelo serviço de agenciamento como forma de remuneração. A bonificação outorgada pelas companhias aéreas é remuneração paralela, pautada pela informalidade e sem relação contratual ou qualquer outra garantia de sua efetivação. Essa sistemática, com o condão de acarretar prejuízos consideráveis à Administração, na hipótese de tais agências não lograrem obter esses benefícios perante as companhias aéreas. Dessa forma, por se tratar de elemento estranho às disposições do edital e do superveniente contrato, tal bonificação não poderia ser tomada em consideração para fins de aferição da exequibilidade da proposta.

11. Dessa sorte, requer-se o recebimento deste recurso, com seu final provimento para o efeito de desclassificar a proposta apresentada pela licitante ARANCÌBIA Turismo Ltda EPP, bem como outras que eventualmente mostrem o mesmo vício, ante o reconhecimento da inexecutabilidade da proposta apresentada.

Pede deferimento.

Florianópolis, 11 de outubro de 2016.



Daniela Zanoni Araujo  
Gerente Administrativa  
Emcatur Viagens e Turismo Ltda.